

**Distribuição de Orientações – Doutorado – Turma II**  
**Linha 1 - Regulação, Efetividade e Controle Constitucional das Políticas Públicas**

- 1.1: Avaliação, controle e adequação constitucional de políticas públicas nas linguagens jurídica e sociopolítica: experiências de efetividade.  
1.2: Finanças e políticas públicas: planejamento, controle e interfaces das políticas orçamentárias, tributárias, monetárias e creditícias no Brasil.  
1.3: Políticas Públicas e Jurisdição Constitucional: controle de constitucionalidade e inclusão social.

	<b>Nome</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Setor profissional</b>	<b>Projeto selecionado no PS</b>	<b>Projeto que irá cursar</b>	<b>Título do Projeto</b>	<b>Orientador</b>
<b>1</b>	Liana Antunes Vieira Tormin	11M008	MP-GO	1.1	1.1	AVALIAÇÃO DE PROJETOS INSTITUCIONAIS NO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO. PROPOSIÇÃO DE UM MODELO ESTRATÉGICO À LUZ DA TEORIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Saulo Coelho
<b>2</b>	Lucas Cavalcanti Velasco	11G014	GERAL	1.1	1.1	INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PRÁTICAS AVALIATIVAS SOB A PERSPECTIVA DA RACIONALIDADE LEGISLATIVA: REGULAMENTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA PERMANENTE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA	Fabricio Motta
<b>3</b>	Marcelo André de Azevedo <sup>1</sup>	33M013	MP-GO	3.3	1.1	MODELO INSTITUCIONAL INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DADOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO: UM FRAMEWORK OPERACIONALIZÁVEL, AUDITÁVEL E REPLICÁVEL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIÁRIAS	Saulo Coelho
<b>4</b>	Rodrigo Correa Batista <sup>2</sup>	13M004	MP-GO	1.3	1.3	A LEI Nº 14.851/2024 E A POLÍTICA DE CRECHES PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DE CONFORMIDADE JURÍDICO-INSTITUCIONAL NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA	Lucas Bevilacqua

<sup>1</sup> Considerando o teor do projeto de pesquisa, indica-se para consideração do orientador avaliar (nos primeiros seis meses de desenvolvimento da pesquisa) a eventual necessidade de constituição de uma coorientação (provavelmente na interface com tecnologia ou com inovação) , no projeto do doutorando Marcelo André. A questão depende de concordância do orientador e aprovação da CPG.

<sup>2</sup> Considerando o teor do projeto de pesquisa, indica-se para a consideração do orientador a análise da oportunidade e conveniência de eventuais alterações e ajustes estruturais no projeto de pesquisa do doutorando Rodrigo Batista, visando a melhor adequação dele à modalidade profissional e aos padrões que o PPGDP-UFG pratica nessa direção, bem como aos objetivos da parceria com a instituição de origem. Isso, sem prejuízo da eventual constatação dessa necessidade em outros projetos.

**Distribuição de Orientações – Doutorado – Turma II**  
**Linha 2 - Políticas Públicas de Segurança e de Enfrentamento à Desigualdade Estrutural**

2.1: Constituição, políticas públicas e falibilidade do Direito nas sociedades periféricas: violência, proibicionismo e encarceramento.

2.2: Defesa Social e Segurança Pública: desafios para a implantação de políticas públicas de segurança no Brasil.

2.3: Políticas públicas voltadas a grupos minorizados: análises na perspectiva da interface Direitos Humanos e Políticas Públicas.

	<b>Nome</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Setor profissional</b>	<b>Projeto selecionado no PS</b>	<b>Projeto que irá cursar</b>	<b>Título do Projeto</b>	<b>Orientador</b>
<b>1</b>	Guilherme Vicente de Oliveira	22M021	MP-GO	2.2	2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS MULTISSETORIAIS E MULTIAGÊNCIAS EM GOIÁS: ANALISANDO A RESOLUÇÃO N.º 310/2025 DO CNMP, VISANDO UMA NOTA TÉCNICA	Pedro Sergio
<b>2</b>	Leonardo Seixlack Silva <sup>3</sup>	22M036	MP-GO	2.2	2.2	PERSECUÇÃO PENAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: ANÁLISE JURIMÉTRICA DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO TRIBUNAL DO JÚRI COMO CASO PARA DEFINIÇÃO DE PRÁTICAS ADEQUADAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICA CRIMINAL	Franciele Cardoso
<b>3</b>	Hélida Carolinne Medeiros de Moraes Silva	23G001	GERAL	2.3	2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE PARENTALIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS JURÍDICOS E INSTITUCIONAIS	Diva Safe
<b>4</b>	Marcio Rodrigo Delfim <sup>4</sup>	23M011	MP-GO	2.3	2.3	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS NA INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOIÂNIA ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2025	José Querino
<b>5</b>	Victor Henrique Fernandes e Oliveira	23G016	GERAL	2.3	2.3	PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: MEMÓRIA, RECONHECIMENTO E DESIGUALDADE RACIAL EM PIRENÓPOLIS (GO)	Francisco Tavares

<sup>3</sup> Considerando o teor do projeto de pesquisa, indica-se para consideração do orientador avaliar (nos primeiros seis meses de desenvolvimento da pesquisa) a eventual necessidade de constituição de uma coorientação (na interface com Avaliação de Política Pública ou com análises estatísticas) no projeto do doutorando Leonardo Silva. A questão depende de concordância do orientador e aprovação da CPG.

<sup>4</sup> Considerando o teor do projeto de pesquisa, indica-se para a consideração do orientador a análise da oportunidade e conveniência de eventuais alterações e ajustes estruturais no projeto de pesquisa dos doutorandos Victor Oliveira e Marcio Delfim, visando à melhor adequação deles à modalidade profissional e aos padrões que o PPGDP-UFG pratica nessa direção. Isso, sem prejuízo da eventual constatação dessa necessidade em outros projetos.

### Distribuição de Orientações – Doutorado – Turma II

#### Linha 3 - Novas tecnologias e novas práticas em políticas públicas: soluções jurídicas

3.1: Conflituosidade, consensualidade e políticas públicas: mediação, conciliação e arbitragem e outros mecanismos consensuais na administração pública.

3.2: Políticas públicas e sistema de justiça: aprimoramentos no acesso à justiça, na administração judiciária e na qualidade da jurisdição.

3.3: Transformação digital e políticas públicas: governo digital e inovações.

	Nome	Inscrição	Setor profissional	Projeto selecionado no PS	Projeto que irá cursar	Título do Projeto	Orientador
1	Helena Gonçalves Lariucci	32G040	GERAL	3.2	3.2	RESPONSABILIDADE CIVIL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: O INEDITISMO CRIATIVO COMO DESAFIO REGULATÓRIO NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO	Platon Neto
2	Jose Eduardo Barbieri	11G025	GERAL	1.1	3.2	A ANÁLISE E DIAGNÓSTICO DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA JUDICIÁRIA NACIONAL PROGRAMÁTICA (PJNP) DE MODO A APRESENTAR AS MELHORES PRÁTICAS DE GERENCIAMENTO PROMOVIDO PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)	Jéssica Traguetto
3	Victor Hugo Rodrigues da Silva	32G012	GERAL	3.2	3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIÁRIAS E ACESSO À JUSTIÇA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS E DOS SEUS INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO E ATENDIMENTO	Andrea Costa
4	Helena Telino Monteiro	33P009	PGE-GO	3.3	3.3	GOVERNO DIGITAL: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EMPÍRICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE GOIÁS BASEADAS EM IA GENERATIVA	Vanice Valle
5	Marcelo Augusto Pedreira Xavier <sup>5</sup>	33T006	TCE-GO	3.3	3.3	AUDITORIA E GOVERNANÇA ALGORÍTMICA NO SETOR PÚBLICO: FUNDAMENTOS JURÍDICOS E MODELO METODOLÓGICO PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO DE POLÍTICAS PÚBLICAS OPERACIONALIZADAS POR SISTEMAS DE INFORMAÇÃO REGIDOS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	Ivan Ribeiro

<sup>5</sup> Considerando o teor do projeto de pesquisa, indica-se para consideração do(da) orientador(a) que avaliar (nos primeiros seis meses de desenvolvimento da pesquisa) a eventual necessidade de constituição de uma coorientação (provavelmente na interface com tecnologia ou com análises estatísticas) nos projetos das doutorandas Helena Lariucci e Helena Monteiro, bem como do doutorando Marcelo Xavier. A questão depende de concordância do orientador e aprovação da CPG.